Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada

(CNPJ nº 54.869.435/0001-04)
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora
ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento
Imobiliário Responsabilidade Limitada
(Administrado pela BTG Pactual
Serviços Financeiros S.A. DTVM)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

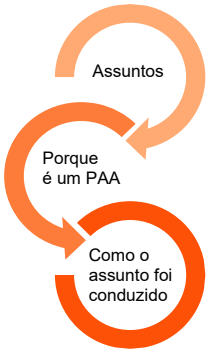
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, 7º, Ed. Manchete,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento
Imobiliário Responsabilidade Limitada
(Administrado pela BTG Pactual
Serviços Financeiros S.A. DTVM)

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários (CRI) (Notas explicativas 3.4.1 e 5.2(a))	
O Fundo apresenta seus investimentos substancialmente concentrados em certificados de recebíveis imobiliários. A mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários considera a utilização de técnicas de avaliação por meio de modelos internos baseados em premissas de mercado. Considerando a relevância dos investimentos em certificados de recebíveis imobiliários em relação ao patrimônio líquido do Fundo e a consequente apuração do valor de sua cota, a mensuração desses investimentos foi considerada área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: Testes sobre a razoabilidade das principais premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários, bem como análise sobre o alinhamento destas premissas e do modelo utilizado com as práticas usualmente observadas no mercado. Também realizamos testes relacionados ao registro do ajuste a valor justo em conformidade com as políticas contábeis adotadas pelo Fundo. Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a mensuração do valor justo dos certificados dos recebíveis imobiliários divulgados nas demonstrações financeira estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo o é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Fabio de Oliveira Araújo
Signed By: FABIO DE OLIVEIRA ARAUJO:27382814866
CPF: 27382814866
Signing Time: 26 de fevereiro de 2026 | 19:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada
CNPJ: 54.869.435/0001-04
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	31/12/2025	% do PL	31/12/2024	% do PL
Circulante					
Disponibilidades		-	0,00%	599	0,89%
Aplicações Financeiras					
De natureza não imobiliária					
Cotas de fundo de renda fixa	**5.1**	7.366	10,71%	1.706	2,54%
De natureza imobiliária					
Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	**5.2 (a)**	61.051	88,75%	65.723	97,72%
Letras de crédito imobiliário - LCIs	**5.2 (b)**	1.170	1,70%	-	0,00%
Outros créditos		17	0,02%	-	0,00%
		69.604	**101,18%**	**68.028**	**101,15%**
Total do ativo		**69.604**	**101,18%**	**68.028**	**101,15%**

Passivo	Nota	31/12/2025	% do PL	31/12/2024	% do PL
Circulante					
Rendimentos a distribuir	**7**	721	1,05%	684	1,02%
Provisões e contas a pagar		90	0,13%	90	0,13%
		811	**1,18%**	**774**	**1,15%**
Total do passivo		**811**	**1,18%**	**774**	**1,15%**
Patrimônio líquido					
Cotas de investimentos integralizadas	**8.1**	72.113	104,83%	72.113	107,22%
Gastos com colocação de cotas	**8.4**	(2.544)	-3,70%	(2.544)	-3,78%
Prejuízos acumulados		(776)	-1,13%	(2.315)	-3,44%
Total do patrimônio líquido		**68.793**	**100,00%**	**67.254**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido		**69.604**	**101,18%**	**68.028**	**101,15%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada

CNPJ: 54.869.435/0001-04

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstração do resultado em 31 dezembro de 2025 e período de 05 de junho de 2024 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido e valor patrimonial da cota

	Nota	31/12/2025	05/06/2024 a 31/12/2024
Ativos financeiros de natureza imobiliária			
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	8.433	5.411
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	129	102
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	1.800	(3.285)
Ajuste ao valor justo de letras de créditos imobiliários (LCIs)	**5.2 (b)**	12	-
Receita de letras de créditos imobiliários (LCI)	**5.2 (b)**	231	-
Resultado líquido de atividades imobiliárias		**10.605**	**2.228**
Outros ativos financeiros			
Resultado com cotas de fundo de renda fixa		558	359
Despesas de IR sobre resgates de títulos de renda fixa		(107)	(80)
		451	**279**
Receitas (despesas) operacionais			
Taxa de administração	**6 e 10**	(924)	(534)
Taxa de fiscalização da CVM	**10**	(13)	(3)
Outras despesas operacionais	**10**	(60)	(40)
		(997)	**(577)**
Lucro líquido do exercício/período		**10.059**	**1.930**
Quantidade de cotas integralizadas	**8.1**	**721.132**	**721.132**
Lucro líquido por cota integralizada - R$		**13,95**	**2,68**
Valor patrimonial da cota integralizada - R$		**95,40**	**93,26**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada
CNPJ: 54.869.435/0001-04
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e período de 05 de junho de 2024 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais

	Nota	Cotas de investimentos integralizadas	Gastos com colocação de cotas	Prejuízos acumulados	Total
Cotas de investimentos integralizadas em 05 de junho de 2024	**8.1**	72.113	-	-	72.113
Gastos com colocação de cotas	**8.4**	-	(2.544)	-	(2.544)
Lucro líquido do período		-	-	1.930	1.930
Rendimentos declarados	**7**	-	-	(4.245)	(4.245)
Em 31 de dezembro de 2024		**72.113**	**(2.544)**	**(2.315)**	**67.254**
Lucro líquido do exercício		-	-	10.059	10.059
Rendimentos declarados	**7**	-	-	(8.520)	(8.520)
Em 31 de dezembro de 2025		**72.113**	**(2.544)**	**(776)**	**68.793**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Cimflon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliario Responsabilidade Limitada
CNPJ: 54.869.435/0001-04
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Demonstração dos fluxos de caixa (método direto) em 31 de dezembro de 2025 e período 05 de junho de 2024 (data de inicio das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2025	05/06/2024 a 31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Rendimentos de cotas de fundo de renda fixa		558	359
Pagamento de taxa de administração	**6 e 10**	(922)	(457)
Pagamento de taxa de fiscalização da CVM		(13)	(3)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais		(63)	(27)
Pagamento (compensação) de IR		(123)	(80)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(563)**	**(208)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	(15.867)	(107.369)
Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	17.435	35.652
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	4.638	3.624
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	**5.2 (a)**	8.828	4.598
Aquisição de letras de crédito imobiliários (LCIs)	**5.2 (b)**	(9.842)	-
Venda de letras de crédito imobiliários (LCIs)	**5.2 (b)**	8.915	-
Caixa líquido das atividades de investimento		**14.107**	**(63.495)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cotas de investimentos integralizadas	**8.2**	-	72.113
Pagamento de custos de colocação de cotas integralizadas	**8.4**	-	(2.544)
Rendimentos líquidos pagos no exercício/período	**7**	(8.483)	(3.561)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(8.483)**	**66.008**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**5.061**	**2.305**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício/período	**5.1**	**2.305**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício/período	**5.1**	**7.366**	**2.305**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada
CNPJ: 54.869.435/0001-04
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeira em 31 de dezembro de 2025 e período 05 de junho de 2024 (data de inicio das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

1. Contexto operacional

O ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada ("Fundo"), administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única de Cotas do ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada (“Classe ou Fundo”). O Fundo foi constituído em 24 de abril de 2024, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, encerrando-se em 30 de junho de 2029, podendo ser prorrogado por até 02 anos, a critério da Administradora, mediante orientação da Gestora e comunicado aos cotistas, observada a possibilidade de liquidação do Fundo em data anterior ao referido prazo em caso de amortização total das cotas do Fundo, a critério da Administradora, mediante orientação da Gestora, exceto se de outra forma vier a ser deliberado pelos cotistas reunidos em assembleia geral de cotistas, destinado a investidores em geral, e teve o início de suas atividades em 05 de junho de 2024.

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização e a rentabilidade de suas cotas no longo prazo, conforme política de investimento definida no Regulamento, por meio de aplicação nos seguintes ativos (“Ativos Imobiliários”): (i) certificados de recebíveis mobiliários (“CRI”), (ii) letras hipotecárias (“LH”), (iii) letras de crédito imobiliário (“LCI”), (iv) letras imobiliárias garantidas (“LIG”), (v) certificados de potencial adicional de construção emitidos com base na Resolução CVM nº 84 de 31 de março de 2022 (“CEPAC”); (vi) cotas de outros fundos de investimento imobiliário (“Cotas de FII”) (vii) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios que tenham como política de investimento, exclusivamente, atividades permitidas aos FII, e desde que estes certificados e cotas tenham sido objeto de oferta pública registrada na CVM ou cujo registro tenha sido dispensado (“Cotas de FIDC”); (viii) outros Ativos Financeiros e/ou outros ativos financeiros, títulos e valores mobiliários permitidos pela Resolução 175, excetuados os ativos financeiros elencados no artigo 2°, inciso I, do Anexo Normativo I da Resolução 175.

Excepcionalmente, e sem prejuízo do limite de concentração, a Classe poderá deter a titularidade dos seguintes ativos (“Outros Ativos”): (a) ações, debêntures, bônus de subscrição, seus cupons, direitos e recibos de subscrição, certificados de depósito de valores mobiliários, cotas de fundos de investimento, notas promissórias e quaisquer outros valores mobiliários, desde que se trate de emissores registrados na CVM e cujas atividades preponderantes sejam permitidas aos fundos de investimento imobiliário; (b) ações ou cotas de sociedade cujo único propósito se enquadre entre as atividades permitidas aos fundos de investimentos imobiliário; e (c) bens imóveis que estejam localizados em todo o território nacional, bem como direitos reais sobre referidos bens imóveis (“Bens Imóveis”), em decorrência de liquidação ou de procedimentos de cobrança e excussão dos Ativos Imobiliários descritos acima.

A gestão de riscos da Administradora tem suas políticas aderentes às práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelos órgãos reguladores. Os principais riscos associados ao Fundo estão detalhados na Nota 4.

O Fundo não possui suas cotas negociadas na B3.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos Imobiliários conforme orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente pela Resolução CVM nº 175/22 e alterações posteriores.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administradora do Fundo em 26 de fevereiro de 2026.

3. Resumo das principais políticas contábeis e critérios de apuração

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o período do relatório.

O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para valor justo e mensuração de valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas.

3.1 Classificação ativos e passivos circulantes e não circulantes

O Fundo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (iv) caixa e equivalentes de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal dentro de 12 meses após o período de divulgação ou (ii) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros

I. Data de reconhecimento

Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

II. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

III. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, na seguinte categoria:

. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

IV. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

. Disponibilidades: saldos de caixa e depósitos à vista.

. Aplicações financeiras representadas por títulos e valores mobiliários: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

. Cotas de fundos de investimento: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, com natureza de instrumentos de patrimônio para o emissor.

b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

I. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

II. Reconhecimento de variações de valor justo

As variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros para negociação, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

3.3 Aplicações financeiras de natureza não imobiliária

3.3.1 Cotas de fundo de renda fixa

Não negociados na B3 S.A. - as cotas de fundos de renda fixa são inicialmente registradas ao custo de aquisição, tendo o seu valor ajustado diariamente, com base no valor da cota de fechamento divulgado pelo administrador do fundo onde os recursos são aplicados.

3.4 Aplicações financeiras de natureza imobiliária

3.4.1 Certificados de recebíveis imobiliários

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão demonstrados pelos seus respectivos valores justos, que são calculados com base em modelos internos baseados em premissas de mercado que incluem taxa de juros futuros, histórico de negociação e o risco de crédito dos emissores. A variação no valor justo dos certificados de recebíveis imobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.4.2 Letras de crédito imobiliário

As Letras de Crédito Imobiliário estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, que são calculadas com base em modelos internos baseados em premissas de mercado que incluem taxa de juros futuros, histórico de negociação e o risco de crédito dos emissores. A variação no valor justo das Letras de crédito imobiliário é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

3.5 Provisões e ativos e passivos contingentes

O Fundo, ao elaborar suas demonstrações financeiras faz a segregação entre:

. Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.

. Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo. São reconhecidos no balanço quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perda possível pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem divulgação.

. Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependia, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de eventos além do controle do Fundo. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

3.6 Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa, de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.8 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administradora do Fundo efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administradora, podem ser considerados mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos do Fundo, estão descritas a seguir:

I) Valor justo dos instrumentos financeiros: o valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, Bolsa de Valores, são mensurados mediante utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas na nota explicativa 3.2 apresentam, informações detalhadas sobre "classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo".

3.9 Lucro (prejuízo) por cota

O lucro (prejuízo) por cota, apresentado na demonstração de resultado, é apurado considerando-se o lucro (prejuízo) do período dividido pelo total de cotas do Fundo integralizadas ao final de cada período.

4. Riscos associados ao Fundo

4.1 Riscos de mercado

4.1.1 Risco de crédito dos ativos financeiros da carteira do Fundo

Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

4.1.2 Fatores macroeconômicos relevantes

Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das Cotas, bem como resultar (a) em alongamento do período de amortização de Cotas e/ou de distribuição dos resultados do Fundo ou (b) na liquidação do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer pessoa, os Cotistas do Fundo, a Administradora e os Coordenadores, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, ou ainda, (c) caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos. O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas, causando os mais diversos impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do País. As atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

a. taxas de juros;

b. controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

c. flutuações cambiais;

d. inflação;

e. liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

f. política fiscal;

g. instabilidade social e política; e

h. outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e o mercado imobiliário. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades do Fundo e os seus resultados, podendo inclusive vir a afetar adversamente a rentabilidade dos Cotistas.

4.1.3 Risco de alteração da legislação aplicável ao Fundo e/ou aos Cotistas

Embora as regras tributárias relativas a fundos de investimento imobiliários estejam vigentes há anos, não existindo perspectivas de mudanças, existe o risco de tal regra ser modificada no contexto de uma eventual reforma tributária. Assim, o risco tributário engloba o risco de perdas decorrente da criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

4.1.4 Riscos jurídicos

Além disso, o Fundo poderá vir a ser parte em demandas judiciais relacionadas aos seus ativos, em especial, mas não se limitando, em relação aos imóveis integrantes de sua carteira, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. A título exemplificativo, tais demandas judiciais poderiam envolver eventuais discussões acerca do recebimento de indenização em caso de desapropriação dos imóveis, disputas relacionadas à ausência de contratação e/ou renovação pelos locatários dos imóveis dos seguros devidos nos termos dos contratos de locação e a obtenção de indenização no caso de ocorrência de sinistros envolvendo os imóveis, entre outras. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de eventuais demandas judiciais pode não ser alcançada em tempo razoável, o que pode resultar em despesas adicionais para o Fundo, bem como em atraso ou paralisação, ainda que parcial, do desenvolvimento dos negócios do Fundo, o que teria um impacto na rentabilidade do Fundo.

4.1.5 Risco de mercado

O valor dos Imóveis que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços, cotações de mercado e eventuais avaliações realizadas em cumprimento a regulamentação aplicável e/ou ao Regulamento. Em caso de queda do valor dos imóveis, os ganhos do Fundo decorrente de eventual alienação dos imóveis, bem como o preço de negociação das Cotas no mercado secundário poderão ser adversamente afetados.

4.1.6 Riscos relativos às receitas mais relevantes

Os principais riscos relativos às receitas mais relevantes do Fundo são:

(i) Quanto à receita de locação: a inadimplência no pagamento de aluguéis implicará em não recebimento de receitas por parte do Fundo, uma vez que os aluguéis são sua principal fonte de receitas. Além disso, na ocorrência de tais hipóteses o Fundo poderá não ter condições de pagar seus compromissos nas datas acordadas, o que implicaria na necessidade dos Cotistas serem convocados a arcarem com os encargos do Fundo;

(ii) Nos casos de rescisão dos contratos de locação, incluindo por decisão unilateral do locatário, antes do vencimento do prazo estabelecido no seu contrato de locação sem o pagamento da indenização devida, bem como durante o período de vacância do imóvel, as receitas do Fundo poderão ser comprometidas, com reflexo negativo na remuneração do cotista.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

4.1.7 Inexistência de garantia de eliminação de riscos

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. O Fundo não conta com garantias da Administradora ou de terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e, consequentemente, aos quais os Cotistas também poderão estar sujeitos. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser futuramente chamados a aportar recursos adicionais no Fundo além de seus compromissos.

4.1.8 Risco tributário

De acordo com a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, o fundo de investimento imobiliário que aplicar recursos em empreendimentos imobiliários que tenham como incorporador, construtor ou sócio, cotista que detenha, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele relacionadas, percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) das cotas emitidas pelo Fundo, sujeitam-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, para fins de incidência da tributação corporativa cabível (IRPJ, CSLL, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e COFINS).

4.1.9 Risco de liquidez

Como os fundos de investimento imobiliário são uma modalidade de investimento ainda em desenvolvimento no mercado brasileiro, onde ainda não movimentam volumes significativos de recursos, seus investidores podem ter dificuldades em realizar transações no mercado secundário. Nesse sentido, o investidor deve observar o fato de que os fundos de investimentos imobiliário são constituídos na forma de condomínios fechados, não admitindo o resgate de suas cotas, senão quando da extinção do Fundo, fator este que pode influenciar na liquidez das cotas quando de sua eventual negociação no mercado secundário.

Mesmo sendo as Cotas objeto de negociação no mercado de bolsa, balcão organizado e não organizado (particular), o investidor que adquirir as Cotas do Fundo deverá estar consciente de que o investimento no Fundo consiste em investimento de longo prazo.

Além disso, o risco de liquidez consiste também na eventualidade do Fundo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos nas datas previstas.

4.2 Gerenciamento de riscos

Os ativos do Fundo envolvem riscos inerentes ao setor imobiliário, de oscilações de valor dos imóveis e das cotas de FII, risco de liquidez, bem como risco de crédito relacionado aos ativos integrantes da carteira do Fundo.

4.2.1 Risco de crédito

A gestão do Fundo adota políticas e procedimentos específicos para o monitoramento e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de preservar a qualidade dos ativos e proteger os interesses dos cotistas. As principais medidas incluem:
• Análise prévia de crédito dos emissores dos ativos financeiros, considerando indicadores de liquidez, solvência, histórico de pagamento e classificação de risco atribuída por agências de rating;
• Monitoramento contínuo da carteira, com revisão periódica dos ativos financeiros e avaliação de eventos relevantes que possam afetar a capacidade de pagamento dos emissores;
• Diversificação da carteira de ativos financeiros, buscando reduzir a exposição a emissores específicos e a setores econômicos com maior volatilidade;
• Avaliação da qualidade de crédito dos locatários, incluindo garantias contratuais e cláusulas de mitigação de risco;
• Acompanhamento de indicadores de inadimplência e vacância, com medidas corretivas em caso de deterioração dos níveis de risco;
• Utilização de instrumentos de proteção contratual, como fianças, seguros, cauções e cláusulas resolutivas, quando aplicável.

4.2.2 Fatores macroeconômicos relevantes

A gestão do Fundo adota práticas sistemáticas de monitoramento e mitigação desses riscos, com o objetivo de preservar a estabilidade operacional e proteger os interesses dos cotistas. As principais medidas incluem:
• Acompanhamento contínuo do ambiente macroeconômico, com análises internas, podendo incluir inclusive suporte de consultorias especializadas;
• Diversificação da carteira de ativos, buscando mitigar riscos de concentração setorial, geográfica e contratual;
• Utilização de contratos com cláusulas de reajuste indexadas a índices inflacionários, como IPCA ou IGP-M, conforme aplicável;
• Avaliação periódica da liquidez dos ativos e das cotas, com vistas à manutenção da capacidade de amortização e distribuição;
• Monitoramento de propostas legislativas e medidas governamentais com potencial de impacto sobre o setor imobiliário e os fundos de investimento.

4.2.3 Risco de alteração da legislação aplicável ao Fundo e/ou aos Cotistas, inclusive tributária

A gestão e administração do Fundo monitoram continuamente alterações na legislação fiscal e regulatória que possam impactar a estrutura de distribuição de rendimentos, a tributação sobre ganhos de capital, amortizações e demais eventos financeiros relevantes. O objetivo é garantir conformidade e preservar a eficiência fiscal para os cotistas.
O Fundo adota as seguintes práticas de mitigação de riscos tributários:
• Acompanhamento regulatório ativo, podendo incluir inclusive suporte de consultoria especializada, visando antecipar impactos de mudanças legislativas e normativas;
• Estruturação de operações com atenção à manutenção dos requisitos legais para isenção de Imposto de Renda sobre rendimentos distribuídos a pessoas físicas, incluindo:
  • Negociação exclusiva em mercado regulamentado;
  • Mínimo de 100 cotistas;
  • Nenhum cotista com participação superior a 10% das cotas;
• Registro e divulgação transparente de eventos tributáveis, como amortizações e alienações de ativos, conforme exigido pela legislação vigente.

4.2.4 Riscos jurídicos

A gestão do Fundo adota práticas sistemáticas de monitoramento e mitigação desses riscos, com o objetivo de preservar a segurança jurídica das operações e proteger os interesses dos cotistas. As principais medidas incluem:
• Due diligence jurídica prévia em todas as aquisições de ativos, com verificação de matrícula, ônus reais, licenciamento, zoneamento e conformidade regulatória;
• Acompanhamento contínuo de contratos de locação, prestação de serviços e parcerias, podendo incluir inclusive suporte jurídico especializado;
• Monitoramento de ações judiciais e procedimentos administrativos que envolvam o Fundo, seus ativos ou seus prestadores de serviços, com provisionamento contábil quando aplicável;
• Avaliação de riscos regulatórios, especialmente relacionados à legislação tributária, ambiental, urbanística e societária, podendo incluir inclusive o apoio de consultorias externas;
• Gestão de riscos contratuais, incluindo cláusulas de rescisão, inadimplemento, revisão de valores e garantias locatícias;
• Atualização permanente sobre alterações legais e normativas, com impacto potencial sobre a estrutura do Fundo, os direitos dos cotistas e a operação dos ativos.

4.2.5 Risco de mercado

Os processos e serviços operacionais são interligados e supervisionados por profissionais experientes no mercado financeiro e imobiliário. Além disso, a Administradora é responsável pelo cumprimento das normas, assegurando que as exigências legais e regulatórias são devidamente seguidas, permitindo uma atuação preventiva em relação aos riscos do Fundo.

4.2.6 Riscos relativos às receitas mais relevantes

Medidas de mitigação adotadas pela gestão incluem:
• Avaliação prévia de crédito dos locatários e monitoramento contínuo da saúde financeira dos ocupantes dos imóveis;
• Diversificação da base locatícia e dos setores econômicos atendidos;
• Utilização de garantias contratuais, como fianças, seguros e cauções;
• Acompanhamento ativo dos contratos de locação, com foco em renovação antecipada e gestão da vacância;
• Revisão periódica da matriz de riscos e simulações de impacto sobre o fluxo de caixa em cenários de inadimplência e vacância.
• Acompanhamento dos projetos nos empreendimentos investidos e de seus resultados, bem como a supervisão da avaliação dos investimentos em relação aos similares no mercado.

4.2.7 Inexistência de garantia de eliminação de riscos

Medidas de mitigação adotadas pela gestão incluem:
• Monitoramento contínuo dos ativos, com uso de ferramentas de análise de sensibilidade e testes de estresse para avaliar o impacto de cenários adversos.
• Gestão de liquidez, mantendo parcela da carteira em ativos líquidos para atender chamadas de capital ou obrigações emergenciais.
• Avaliação de crédito e contrapartes, com análise da saúde financeira dos emissores e participantes das operações.
• Governança e transparência, com comunicação clara aos Cotistas sobre os riscos e desempenho do Fundo.

4.2.8 Risco de liquidez

Para o gerenciamento do risco de liquidez, o Fundo mantém um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, monitora diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, mantém aplicações financeiras com vencimentos diários de modo a promover máxima liquidez.

Apesar dos métodos e processos internos empregados pela Administradora, não há qualquer tipo de garantia de eliminação de perdas aos cotistas.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por:

ARX Chillon Recebíveis Fundo de Investimento Imobiliário Responsabilidade Limitada
CNPJ: 54.869.435/0001-04
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ: 59.281.253/0001-23)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeira em 31 de dezembro de 2025 e período 05 de junho de 2024 (data de inicio das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

5.1 De caráter não imobiliário

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	-	599
Cotas do Itaú Soberano RF Simples LP FICFI	7.366	1.706
	7.366	**2.305**

Está composto por cotas do Itaú Soberano Renda Fixa Simples FICFI, que é administrado pelo Itaú Unibanco S/A. As cotas não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento (liquidez diária). O Fundo tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através do investimento de, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira do fundo será composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. O gestor poderá realizar operações com derivativos para fins de proteção. Os investimentos realizados pelo fundo podem estar sujeitos às oscilações decorrentes da variação de preços dos títulos que compõem a carteira.

5.2 De caráter imobiliário

	31/12/2025	31/12/2024
(a) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	61.051	65.723
(b) Letras de crédito imobiliário - LCIs	1.170	-
	62.221	**65.723**

(a) Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs

Certificados de recebíveis imobiliários, classificados como ativo financeiros mensurado a valor justo por meio do resultado por ter o propósito de negociação, foram emitidos com amortizações mensais de juros, atualização monetária e principal, atualizados mensalmente com taxas efetivas de retorno da operação, apuradas com base nos valores de aquisição e fluxos previstos de amortização de principal e juros. A metodologia utilizada para a marcação a mercado dos Certificados de Recebíveis Imobiliários existentes na carteira na data base está baseada no Manual de Marcação a Mercado da Administradora e considera as taxas praticadas pelos Market Makers desse tipo de valor mobiliário.

Composição da carteira

As aplicações em certificados de recebíveis imobiliários estão compostas como a seguir:

31/12/2025

Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e Séries	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24E2453531	1	SR	100 / 1	29/05/2024	18/06/2041	IPCA+9,00000%	6.549	6.623	6.666
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24H1453794	7	SR	161 / 1	18/10/2024	20/01/2034	IPCA+8,80000%	6.625	6.422	6.206
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	22F0930128	6	SR	67 / 1	17/06/2022	22/03/2034	IPCA+9,30000%	7.000	6.203	5.942
HABITASEC SECURITIZADORA S.A.	22L1258273	1	SR	17 / 1	14/12/2022	19/12/2034	IPCA+8,72000%	4.738	4.853	4.805
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	22K0016415	6	SR	29 / 2	04/11/2022	06/12/2032	IPCA+8,75000%	6.300	6.120	5.987
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25L2867995	7	SR	557 / 1	08/12/2025	18/12/2026	100,00% DI+1,55000%	3.230	3.240	3.233
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	24C2144589	1	SR	125 / 2	28/03/2024	28/03/2034	100,00% DI+2,85000%	65	6.786	6.681
BARI SECURITIZADORA S.A.	22J0070697	6 e 7	A-(bra), Fitch	11 / 1	05/10/2022	17/07/2036	IPCA+8,30360%	5.140	5.707	5.398
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25J5351986	6	SR	513 / 1	15/10/2025	15/10/2030	100,00% DI+1,05000%	2.000	2.049	2.049
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25A0013328	6	SR	398 / 1	03/01/2025	15/01/2035	100,00% DI+2,20000%	1.800	1.813	1.813
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23B0475829	1	SR	68 / 1	15/02/2023	24/01/2035	IPCA+9,00000%	6.400	5.425	5.100
TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.	22L1211468	1	SR	24 / 1	08/12/2022	25/08/2037	IPCA+10,50000%	2.780	2.790	2.672
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22E1321749	6	AA+(bra), Fitch	49 / 2	01/08/2022	16/07/2029	IPCA+7,92730%	910	1.066	1.048
COMPANHIA PROVINCIA DE SECURITIZACAO	25H3653543	6	SR	118 / 1	22/08/2025	13/08/2029	100,00% DI+3,00000%	1.116	1.124	1.124
LEVERAGE COMPANHIA SECURITIZADORA	24E2495083	3	SR	11 / 3	27/05/2024	22/01/2028	100,00% DI+2,00000%	530	513	513
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25D3788059	5	SR	434 / 1	17/04/2025	15/10/2030	IPCA+12,00000%	1.225	1.212	1.221
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25D3788203	5	SR	434 / 2	17/04/2025	15/12/2030	IPCA+12,00000%	407	410	413
OPEA SECURITIZADORA S.A.	24L2680288	4	SR	375 / 1	26/12/2024	27/12/2029	100,00% DI+1,50000%	176	176	177
CASA DE PEDRA SEC DE CREDITO S.A.	23I1487360	3	SR	12 / 2	15/09/2023	21/09/2032	INCC-DI+9,00000%	1	1	1
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23H1627566	6	SR	105 / 1	18/08/2023	15/08/2033	IPCA+9,00000%	1	1	1
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23E1295288	6	SR	43 / 1	04/05/2023	22/05/2028	100,00% DI+3,50000%	1	1	1
									62.535	**61.051**

31/12/2024

Emissor	Ativo	Lastro	Rating de emissão	Classe e Séries	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24E2453531	1	SR	100 / 1	29/05/2024	18/06/2041	IPCA+9,00000%	12.000	11.973	11.091
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	24C2144589	1	SR	125 / 2	28/03/2024	28/03/2034	100,00% DI+2,85000%	70	7.237	7.211
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24H1453794	7	SR	161 / 1	18/10/2024	20/01/2034	IPCA+8,80000%	6.625	6.563	6.281
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	22K0016415	6	SR	29 / 2	04/11/2022	06/12/2032	IPCA+8,75000%	6.300	6.444	6.217
BARI SECURITIZADORA S.A.	22J0070697	6 e 7	A-(bra), Fitch	11 / 1	05/10/2022	17/07/2036	IPCA+8,30360%	5.140	5.801	5.453
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23B0475829	1	SR	68 / 1	15/02/2023	24/01/2035	IPCA+9,00000%	6.400	5.727	5.346
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	22F0930128	6	SR	67 / 1	17/06/2022	22/03/2034	IPCA+9,30000%	6.320	5.515	5.202
HABITASEC SECURITIZADORA S.A.	22L1258273	1	SR	17 / 1	14/12/2022	19/12/2034	IPCA+8,72000%	4.703	5.122	5.057
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23G1452079	6	SR	104 / 1	13/07/2023	20/01/2028	100,00% DI+4,25000%	6.600	2.898	2.898
TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.	22L1211468	1	SR	24 / 1	08/12/2022	25/08/2037	IPCA+10,50000%	2.780	2.848	2.705
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22L1668364	1	SR	91 / 2	28/12/2022	30/12/2025	100,00% DI+3,75000%	3.009	3.011	2.683
OPEA SECURITIZADORA S.A.	24K2591027	7	SR	381 / 1	27/11/2024	22/12/2025	100,00% DI+1,60000%	2.337	2.358	2.369
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22L1668367	1	SR	91 / 4	28/12/2022	30/12/2025	100,00% DI+3,75000%	2.491	2.492	2.221
TRUE SECURITIZADORA S.A.	22E1321749	6	AA+(bra), Fitch	49 / 2	01/08/2022	16/07/2029	IPCA+7,92730%	910	1.016	986
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23E1295288	6	SR	43 / 1	04/05/2023	22/05/2028	100,00% DI+3,50000%	1	1	1
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23H1627566	6	SR	105 / 1	18/08/2023	15/08/2033	IPCA+9,00000%	1	1	1
CASA DE PEDRA SEC DE CREDITO S.A.	23I1487360	3	SR	12 / 2	15/09/2023	21/09/2032	INCC-DI+9,00000%	1	1	1
									69.008	**65.723**

As informações sobre os referidos CRI's encontram-se disponíveis nos sites dos respectivos emissores: VERT Capital Securitizadora (www.vert-capital.com), Habitasec Securitizadora S.A. (www.habitasec.com.br), True Securitizadora S.A. (www.apicesec.com.br), Bari Securitizadora S.A. (www.bariguisec.com.br), Canal Companhia de Securitização (https://www.canalsecuritizadora.com.br/), Opea Securitizadora S.A. (https://www.opeacapital.com/), Travessia Securitizadora S.A. (https://www.grupotravessia.com/empresa/travessia-securitizadora-s-a/), Virgo Companhia de Securitização (https://virgo.inc/), Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A. (https://www.cpsec.com.br/), Companhia Provincia de Securitização (https://provinciasecuritizadora.com.br/) e Leverage Companhia Securitizadora (https://www.leveragesec.com.br/).

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

Em milhares de reais, exceto quando mencionado o contrário

31/12/2025

Emissor	Ativo	Devedor	Garantia	31/12/2025
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24E2453531	FGR Incorporações S.A.	A; C; E; G; H; J; K; L	6.666
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24H1453794	NJ Construção e Locação de Imóveis SPE Ltda	A; B; E; G; J; L	6.206
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	22F0930128	Martini Meats S/A Armazéns Gerais	A; B; C; E; G; L	5.942
HABITASEC SECURITIZADORA S.A.	22L1258273	Lar Cooperativa Agroindustrial	A; B; C; L	4.805
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	22K0016415	IZP Haddock Empreendimentos Imobiliários SA	A; B; C; L	5.987
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25L2867995	Petróleo Brasileiro SA - Petrobras	A	3.233
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	24C2144589	Banco Agibank SA	A; D; L	6.681
BARI SECURITIZADORA S.A.	22J0070697	PGE - Cascata Geradora de Energia SA	A; C; E; G; K	5.398
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25J5351986	Construtora Tenda SA	A	2.049
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25A0013328	Toledo Ferrari Patrimonial SA	A; B; E; G; H	1.813
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23B0475829	Aldeya Bay Mall Prédio 2 Empreendimentos Ltda	A; C; E; G; K	5.100
TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.	22L1211468	PR 4 - Invest Investimentos Imobiliários SPE Ltda	A; C; E; G; K; L	2.672
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22E1321749	Cogna Educação SA	A; L	1.048
COMPANHIA PROVINCIA DE SECURITIZACAO	25H3653543	IZP Cônego Empreendimentos Imobiliários SA	A; B; G	1.124
LEVERAGE COMPANHIA SECURITIZADORA	24E2495083	Supreme Residence SPE Ltda	A; B; E; G; J; K	513
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25D3788059	Emcash Serviços Financeiros Sociedade de Emp Entre Pes	A; C; E	1.221
OPEA SECURITIZADORA S.A.	25D3788203	Emcash Serviços Financeiros Sociedade de Emp Entre Pes	A; C; E	413
OPEA SECURITIZADORA S.A.	24L2680288	BPG Multifamily Fundo de Investimento em Participações M	A; B	177
CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CREDITO S.A	23I1487360	Elliot Empreendimentos Ltda	A; B; C; E; G; K	1
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23H1627566	IZP Itacema Empreendimentos Imobiliários SA	A; B; C; L	1
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23E1295288	RTDR Participações SA	A; B; C; E; G; L	1
				61.051

31/12/2024

Emissor	Ativo	Devedor	Garantia	31/12/2024
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	22F0930128	Martini Meats S/A Armazéns Gerais	A; B; C; E; G; L	11.093
TRUE SECURITIZADORA S.A.	22E1321749	Cogna Educação SA	A; L	7.211
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	22K0016415	IZP Haddock Empreendimentos Imobiliários SA	A; B; C; L	6.280
HABITASEC SECURITIZADORA S.A.	22L1258273	Lar Cooperativa Agroindustrial	A; B; C; L	6.217
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22L1668364	Empreendimento Villas da Grama SPE Ltda	A; B; C; D; E; G; I; K; L	5.453
OPEA SECURITIZADORA S.A.	22L1668367	Empreendimento Villas da Grama SPE Ltda	A; B; C; D; E; G; I; K; L	5.346
TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.	22L1211468	PR 4 - Invest Investimentos Imobiliários SPE Ltda	A; C; E; G; K; L	5.202
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23E1295288	RTDR Participações SA	A; B; C; E; G; L	5.057
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23G1452079	Vitacon Participações S.A.	A; C; D; E; G; L	2.898
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23H1627566	IZP Itacema Empreendimentos Imobiliários SA	A; B; C; L	2.705
CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CREDITO S.A	23I1487360	Elliot Empreendimentos Ltda	A; B; C; E; G; K	2.683
VERT COMPANHIA SECURITIZADORA	24C2144589	Banco Agibank SA	A; D; L	2.368
BARI SECURITIZADORA S.A.	22J0070697	PGE - Cascata Geradora de Energia SA	A; C; E; G; K	2.221
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	23B0475829	Aldeya Bay Mall Prédio 2 Empreendimentos Ltda	A; C; E; G; K	986
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24E2453531	FGR Incorporações S.A.	A; C; E; G; H; J; K; L	1
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZACAO	24H1453794	NJ Construção e Locação de Imóveis SPE Ltda	A; B; E; G; J; L	1
OPEA SECURITIZADORA S.A.	24K2591027	Petróleo Brasileiro SA - Petrobras	Não há	1
				65.723

Legendas

Lastro
(1) - Lastro em financiamento imobiliário.
(2) - Escritura de Superfície
(3) - CCB
(4) - Contrato de Compra e Venda
(5) - Pulverizado
(6) - Debenture
(7) - Contrato de locação

Regime de Garantias
(a) - Regime fiduciário
(b) - Alienação fiduciária do imóvel
(c) - Coobrigação
(d) - Subordinação
(e) - Fundo de reserva
(f) - Hipoteca
(g) - Cessão Fiduciária de Recebíveis
(h) - Aval
(i) - Fundo de overcollateral
(j) - Fiança
(k) - Alienação fiduciária de ações
(l) - Fundo de liquidez
(m) - Direito de retrocesso
(n) - Carta fiança

(*) - Montante de quantidade não está apresentado em milhar.

Movimentação do período/exercício

Saldo em 05 de junho de 2024	**-**
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	107.369
Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(35.652)
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	5.411
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	102
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(3.285)
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(3.624)
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(4.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**65.723**
Aquisição de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	15.867
Venda de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(17.435)
Receita de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	8.433
Resultado em transações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	129
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	1.800
Recebimento de amortizações de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(4.638)
Recebimento de juros e correção monetária de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(8.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**61.051**

(b) Letras de crédito imobiliário (LCI)

Letra de crédito imobiliário é um instrumento financeiro de Renda Fixa emitida por instituições financeiras e que possui como lastro créditos imobiliários. Sua negociação é dada no mercado secundário e regulamentada pela Lei nª 10.931/2004 e a Circular do Banco Central n 3.614/12, pode ser remunerada por taxa pré ou pós fixada.

Composição da carteira

As aplicações em letras de crédito imobiliário estão compostas como a seguir:

31/12/2025

Emissor	Ativo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexador e Taxa de juros	Quantidade em carteira (*)	Valor de curva	Valor justo
CAIXA ECONOMICA FEDERAL S.A.	24I01465147	12/09/2024	02/09/2026	95% CDI	1	1.158	1.170
						1.158	**1.170**

Movimentação do exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**
Aquisição de letras de crédito imobiliários (LCIs)	9.842
Venda de letras de crédito imobiliários (LCIs)	(8.915)
Ajuste ao valor justo de letras de créditos imobiliários (LCI)	12
Receita de letras de créditos imobiliários (LCIs)	231
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.170**

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

6. Encargos, taxa de administração, taxa de gestão, taxa de performance e demais taxas

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de administração	924	534
	924	**534**

Taxa de administração

A Administradora recebe por seus serviços uma taxa de administração equivalente à soma dos seguintes montantes ("Taxa de Administração"):

Taxa de Administração	Patrimônio Líquido do Fundo
0,20%	Até R$ 200.000
0,19%	De R$ 200.000 a R$ 400.000
0,18%	De R$ 400.000 a R$ 800.000
0,17%	De R$ 800.000 a R$ 1.000.000
0,16%	De R$ 1.000.000 a R$ 1.200.000
0,15%	Acima de R$ 1.200.000

A Taxa Total de Administração será calculada mensalmente por período vencido e paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês em que os serviços forem prestados.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pela Classe aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Deve ser observado o valor mínimo mensal de R$ 20, atualizado anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ("IGPM"), a partir do mês subsequente à data de funcionamento da classe perante a CVM.

Taxa de Escrituração

Caso as cotas encontrem-se registradas em central depositária da B3 para negociação em mercado de bolsa ou de balcão, será acrescentada à Taxa de Administração o montante equivalente a 0,05% ao ano, à razão de 1/12, aplicado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R$ 7, atualizado anualmente segundo a variação positiva do IGPM, a partir do mês subsequente à data em que as cotas forem registradas perante a central depositária.

Taxa de Gestão

A Gestora receberá por seus serviços uma taxa de gestão equivalente à 0,85% ao ano, à razão de 1/12, aplicado sobre o valor contábil do patrimônio líquido da classe ("Taxa de Gestão").

A Taxa de Gestão será calculada mensalmente por período vencido e paga até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês em que os serviços forem prestados.

A Gestora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Gestão sejam pagas diretamente pela Classe aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Gestão.

Taxa de Performance

Além da remuneração que lhe é devida conforme disposto acima, a Gestora faz jus a uma taxa de performance ("Taxa de Performance"), a qual será provisionada mensalmente e paga semestralmente, até o último dia útil do 1º (primeiro) mês do semestre subsequente, diretamente pela classe a Gestora. A Taxa de Performance será calculada conforme a fórmula descrita no Regulamento do Fundo.

As datas de apuração da Taxa de Performance correspondem sempre ao último dia dos meses de junho e dezembro.

É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor da cota da classe for inferior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada. Nesses termos, caso o valor da cota da classe, em determinada data de apuração, for inferior ao seu valor por ocasião da última apuração da Taxa de Performance com resultado superior a zero, o valor da Taxa de Performance em referida data de apuração será considerado como zero.

A Taxa de Performance será cobrada após a dedução de todas as despesas da classe, inclusive da Taxa de Administração, podendo incluir na base do cálculo os valores recebidos pelos cotistas a título de amortização ou de rendimentos.

A Gestora, por mera liberalidade, não realizará a cobrança da Taxa de Performance nos 12 primeiros meses de funcionamento do Fundo.

Taxas de Ingresso e Saída

Não serão cobradas da Classe ou dos cotistas, taxa de ingresso e taxa de saída.

7. Política de distribuição dos resultados

A Classe deverá distribuir a seus cotistas, no mínimo, 95% dos resultados auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis ("Montante Mínimo de Distribuição"). Ao longo de cada semestre, o resultado apurado segundo o regime de caixa poderá, a critério da Gestora e de comum acordo com a Administradora, ser distribuído aos cotistas, mensalmente, sempre no 14º dia útil do primeiro mês subsequente ao mês de competência ("Mês de Competência" e "Data de Distribuição", respectivamente), de forma total ou parcial, em qualquer percentual, observado que, na Data de Distribuição relativa ao 6º Mês de Competência de cada semestre, tenha-se pago, ao menos, o Montante Mínimo de Distribuição, nos termos do art. 10º, parágrafo único, da Lei 8.668. Os resultados auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, que excedam ao Montante Mínimo de Distribuição e que não tenham sido distribuídos, serão, a critério da Gestora, em comum acordo com a Administradora, reinvestidos em Ativos Alvo e/ou Outros Ativos, para posterior distribuição aos cotistas, em qualquer das Datas de Distribuição e/ou destinados à Reserva de Contingência, admitindo-se sua posterior distribuição aos Cotistas, observadas as restrições decorrentes da legislação e/ou regulamentação aplicáveis, exclusivamente nas hipóteses: (i) de deliberação dos cotistas; (ii) de liquidação da classe, nos termos do Anexo do Regulamento. O Montante Mínimo de Distribuição será observado apenas semestralmente, sendo que os adiantamentos realizados mensalmente poderão não atingir o referido Montante Mínimo de Distribuição.

O saldo de rendimentos a distribuir foi calculado como segue:

Rendimentos	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício/período	10.059	1.930
Ajuste de distribuição com certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	395	(813)
Ajuste ao valor justo de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs)	(1.800)	3.285
Despesas operacionais não pagas	6	12
Lucro base caixa - art. 1, p.u., da lei 8.668/93 (ofício CVM 01/2014)	**8.660**	**4.414**
Retenção de rendimentos - até 5%	(140)	(169)
(-) Parcela dos rendimentos retidos no Fundo	**(140)**	**(169)**
Rendimentos declarados	**8.520**	**4.245**
Rendimentos (a distribuir)	(721)	(684)
Rendimentos de períodos anteriores pagos no exercício	684	-
Rendimentos líquidos pagos no exercício/período	**8.483**	**3.561**
Rendimentos médios pagos por cota (valores expressos em reais)	**11,76**	**4,94**
% do resultado do período declarados (considerando a base de cálculo apurada nos termos da lei 8.668/93)	98,38%	96,17%
Diferença entre lucro base caixa e rendimentos declarados	(140)	(169)

8. Patrimônio Líquido

8.1 Cotas integralizadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	R$	Quantidade	R$	Quantidade
Cotas de investimentos subscritas	72.113	721.132	72.113	721.132
Cotas de investimentos integralizadas	**72.113**	**721.132**	**72.113**	**721.132**
Valor por cota (valor expresso em reais)		**100,00**		**100,00**

8.2 Emissão de novas cotas

Após a Primeira Emissão, eventuais novas emissões de cotas somente poderão ocorrer mediante aprovação da assembleia especial de cotistas, sem limitação de valor; ou mediante simples deliberação da Administradora, desde que limitado ao Capital Autorizado para emissão de cotas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Fundo não integralizou novas cotas. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 o Fundo integralizou 721.132 novas cotas, com valor unitário de R$ 100,00, totalizando o montante de R$ 72.113. Em decorrência desse processo o Fundo incorreu em gastos de colocação de R$ 2.544, registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

8.3 Amortização de cotas

De acordo com o Regulamento do Fundo não haverá resgate de cotas a não ser pelo término do Prazo de Duração ou amortização total da Classe, conforme aplicável.

Caso a Classe efetue amortização de capital, a Administradora poderá solicitar aos Cotistas que comprovem o custo de aquisição de suas cotas. Os cotistas que não apresentarem tal comprovação terão o valor integral da amortização sujeito a tributação, conforme determinar a regra tributária para cada caso.

No caso de dissolução ou liquidação da Classe, o patrimônio da Classe será partilhado aos cotistas na proporção de suas cotas, após o pagamento de todas as dívidas e despesas da Classe.

No exercício/período findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve amortização de cotas.

8.4 Gastos com colocação de cotas

	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com colocação de cotas	2.544	2.544
	2.544	**2.544**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Fundo não incorreu em gastos com colocação de cotas (2024 - R$ 2.544) e o seu saldo totaliza R$2.544 (2024 - R$2.544), o qual está registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

8.5 Reserva de contingência

Para suprir inadimplências e deflação em reajuste nos valores a receber da Classe e arcar com as despesas extraordinárias, se houver, poderá ser constituída uma reserva de contingência ("Reserva de Contingência"). Entende-se por despesas extraordinárias aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros relacionados a classe. Os recursos da Reserva de Contingência serão aplicados em cotas de fundos de renda fixa e/ou títulos de renda fixa, e os rendimentos decorrentes desta aplicação poderão ser incorporados ao valor da Reserva de Contingência, sem prejuízo da distribuição mínima. Para a constituição ou recomposição da Reserva de Contingência será procedida a retenção de até 5% do rendimento semestral apurado pelo critério de caixa.

Durante o exercício/período findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Fundo não constituiu reserva de contingência.

9. Retorno sobre patrimônio líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício/período	10.059	1.930
Patrimônio líquido inicial	67.254	-
Adições/deduções		
Cotas de investimentos integralizadas	-	72.113
Gastos com colocação de cotas	-	(2.544)
	-	69.569
Retorno sobre patrimônio líquido do Fundo (*)	**14,96%**	**2,77%**

(*) Apurado considerando-se o lucro líquido (prejuízo) sobre o patrimônio líquido inicial do Fundo adicionado das cotas integralizadas, deduzido das amortizações e gastos com colocação de cotas, caso esses eventos tenham ocorrido.

10. Encargos debitados ao Fundo

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valores	Percentual	Valores	Percentual
Taxa de administração	924	1,34%	534	0,76%
Taxa de fiscalização da CVM	13	0,02%	3	0,00%
Outras (receitas) despesas operacionais	60	0,09%	40	0,06%
	997	**1,45%**	**577**	**0,82%**
Patrimônio líquido médio do exercício/período		**69.128**		**70.361**

11. Tributação

De acordo com a legislação em vigor, a Instrução Normativa RFB 1.585 de 31 de agosto de 2015, em seu artigo 36: Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento imobiliário, em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte de acordo com as mesmas normas previstas para as aplicações financeiras das pessoas jurídicas.

De acordo com o artigo 37 da referida Instrução Normativa, os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos fundos de investimento imobiliário por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à alíquota de 20% (vinte por cento).

Ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, observados os requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.033/04, conforme atualizados pela Lei 14.754/23.

12. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo cuja probabilidade de perda para o Fundo seja possível ou provável.

13. Serviços de custódia e tesouraria

O serviço de tesouraria e escrituração e custódia das cotas do Fundo são prestados pela própria Administradora.

14 Partes relacionadas

Durante o exercício o Fundo realizou transações com partes relacionadas descritas nas Notas 6, 10 e 13.

15. Demonstrativo ao valor justo

O Fundo aplica o CPC 46 e o artigo 7º da Instrução CVM nº 516/2011, para instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

. Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

. Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

. Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros e as propriedades para investimento incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM 516/11.

A tabela abaixo apresenta os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo:

	31/12/2025			
Ativos	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundo de renda fixa	-	7.366	-	7.366
Certificados de recebíveis imobiliários - CRIs	-	61.051	-	61.051
Letras de crédito imobiliário - LCIs		1.170		1.170
Total do ativo	**-**	**69.587**	**-**	**69.587**

	31/12/2024			
Ativos	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Cotas de fundo de renda fixa	-	1.706	-	1.706
Certificados de recebíveis imobiliários	-	65.723	-	65.723
Total do ativo	**-**	**67.429**	**-**	**67.429**

As demonstrações das mudanças das Cotas de fundo de renda fixa, Letras de crédito imobiliário - LCIs e Certificados de recebíveis imobiliários estão demonstradas nas notas 5.1 e 5.2.

Docusign Envelope ID: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2

16. Outras informações

16.1 Em atendimento a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, informamos que o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo.

16.2 A política de divulgação de informações relativas ao Fundo inclui, entre outros, a divulgação mensal do valor patrimonial da cota, a rentabilidade do período e do patrimônio do Fundo e a disponibilização aos cotistas de informações periódicas, mensais, trimestrais e anuais na sede da Administradora. Adicionalmente, a Administradora mantém serviço de atendimento aos cotistas em suas dependências e efetua a divulgação destas informações em seu site.

16.3 No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve alterações no regulamento do Fundo.

17. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025 até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administradora do Fundo, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.

Mayara Lopes
Contadora
CRC: SP- 292201/O-0

Gustavo Piersanti
Diretor
CPF: 016.697.087-56

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 784DD956-1F37-4D6B-AFBF-5FF8F1B603E2
Assunto: Complete com o Docusign: DF_ARX CHILLON REC FII_Dezembro25.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 17
Certificar páginas: 9
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

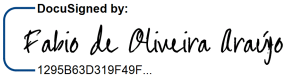
Status: Concluído

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
Jefferson Pereira
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
jefferson.pereira@pwc.com
Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original 26 de fevereiro de 2026 | 17:49	Portador: Jefferson Pereira jefferson.pereira@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 26 de fevereiro de 2026 | 19:21	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Fabio de Oliveira Araújo fabio.araujo@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SERASA RFB v5 Assunto: CN=FABIO DE OLIVEIRA ARAUJO:27382814866	DocuSigned by:  1295B63D319F49F... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 20.226.46.50 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://publicacao.certificadodigital.com.br/repositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:51 Visualizado: 26 de fevereiro de 2026 | 18:04 Assinado: 26 de fevereiro de 2026 | 19:21

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 09 de maio de 2022 | 17:26
ID: 036696e5-148b-4b66-a10f-2d73c6e1688b
Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Alexandra Lyrio alexandra.lyrio@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:51
Ana Masciotro ana.masciotro@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:51 Visualizado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:57
Jefferson Pereira jefferson.pereira@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 19:21 Visualizado: 26 de fevereiro de 2026 | 19:21 Assinado: 26 de fevereiro de 2026 | 19:21
João Machado joao.m.machado@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:51
Mikaely Vale mikaely.vale@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:51
Vitoria Brasileiro vitoria.brasileiro@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 26 de fevereiro de 2026 | 17:51

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	26 de fevereiro de 2026 | 17:51
Envelope atualizado	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 19:13
Envelope atualizado	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 19:13
Envelope atualizado	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 19:18
Envelope atualizado	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 19:18
Entrega certificada	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 18:04
Assinatura concluída	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 19:21
Concluído	Segurança verificada	26 de fevereiro de 2026 | 19:21

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.